



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



TEORIA GERAL DOS CAMPOS DE PIERRE BOURDIEU E A SUA APLICAÇÃO AOS ESTUDOS REGIONAIS¹

Larissa Zanela Mendes

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ

Airton Adelar Mueller

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ

Sessão Temática 11: Novas interpretações possíveis para a questão urbana e regional

Resumo. A Teoria Geral dos Campos de Pierre Bourdieu aborda sobre a diversidade dos elementos que constroem a sociedade, que vai desde as percepções sobre as relações de poder entre os sujeitos, até o estudo dos fenômenos que ocorrem dentro de um contexto histórico. Apesar de Bourdieu não estudar especificamente o contexto regional, há uma ligação entre esses assuntos quanto aos processos de desenvolvimento das regiões e suas assimetrias. Sabendo da ausência de material científico correlacionando tais temas, buscamos expor nesse artigo questões acerca da Teoria Geral dos Campos além da mobilidade social e a espacial por meio de uma discussão teórica, para que a mesma possa ser utilizada futuramente no âmbito dos estudos regionais em pesquisas empíricas.

Palavras-chave. Pierre Bourdieu; Teoria Geral dos Campos; Mobilidade Social; Mobilidade Espacial; Desenvolvimento Regional.

Pierre Bourdieu's General Theory of Fields and its application to regional studies

Abstract. The Pierre Bourdieu's General Theory of Fields addresses the diversity of elements that build society, ranging from perceptions of power relations between subjects, to the study of phenomena that occur within a historical context. Although Bourdieu does not specifically study the regional context, there is a link between these issues regarding the development processes of the regions and their asymmetries. Knowing the absence of scientific material correlating such themes, we seek to expose in this article questions about the General Theory of Fields in addition to social and spatial mobility through a theoretical discussion, so that it can be used in the future in the context of regional studies in research empirical.

Keywords: Pierre Bourdieu; General Field Theory; Social Mobility; Spatial Mobility; Regional Development.

Teoría General de los Campos de Pierre Bourdieu y su aplicación a los estudios regionales

Resumen. La Teoría General de los Campos de Pierre Bourdieu aborda la diversidad de elementos que construyen la sociedad, abarcando desde las percepciones de las relaciones de

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

poder entre los sujetos, hasta el estudio de los fenómenos que ocurren dentro de un contexto histórico. Si bien Bourdieu no estudia específicamente el contexto regional, existe un vínculo entre estos temas con respecto a los procesos de desarrollo de las regiones y sus asimetrías. Conociendo la ausencia de material científico que correlacione tales temas, buscamos exponer en este artículo cuestiones sobre la Teoría General de Campos además de la movilidad social y espacial a través de una discusión teórica, para que pueda ser utilizada en el futuro en el contexto de los estudios regionales en investigaciones empíricas..

Palabras clave: Pierre Bourdieu; Teoría General de los Campos; Movilidad Social; Movilidad Espacial; Desarrollo Regional.

1. Introdução

Pierre Bourdieu foi um dos mais importantes sociólogos do século XX. Formou-se em filosofia pela *École Normale Supérieure* em Paris (1951-1955). Em seguida, foi enviado para a Argélia, onde completou seu serviço militar e teve grandes experiências contributivas para sua formação enquanto pesquisador, tendo em vista que as suas primeiras publicações relevantes abordavam sobre o contexto argelino. Lecionou em universidades como a de Argel e de Lille e quando voltou a Paris, foi nomeado como diretor de estudos na *École Pratique des Hautes Études* e após, diretor do *Centre de Sociologie Européenne*, período no qual publicou grandes obras na área da educação, arte, cultura e metodologia (GRENFELL, 2018).

Na década de 1960, Bourdieu tornou um dos editores da companhia *Les Éditions de Minuit*, uma das mais importantes editoras francesas. Também foi nessa década que desenvolveu grande parte dos seus conceitos sociológicos, como campo, o capital e *habitus* (ROBBINS, 2018). Na sua trajetória acadêmico-profissional, Bourdieu sempre se preocupou em esclarecer as situações práticas que encontrou; e as suas obras retratam a intenção em explicar questões sociais, culturais e políticas ao seu redor (BOURDIEU; WACQUANT, 2005). Bourdieu desenvolveu a sua teoria na intenção de compreender as informações que surgiram a partir de suas pesquisas empíricas na década de 60. O pilar da sua ciência é o vínculo de um indivíduo com o mundo material e o mundo social.

Robbins (2018) explica que, no entendimento do autor, tudo aquilo que percebemos sobre o mundo é estabelecido como um resultado de atos de percepção individuais. Todavia, essas percepções possuem princípios que são pré-concebidos e se encontram em evolução com base na lógica de diferenciação observada no mundo social. Isto é, tais princípios são “valores que servem o *status quo* e/ou formas sociais emergentes. Essa relação estrutural fenomenológica é um produto de condições estruturais do ambiente que oferecem regularidades objetivas para guiar o pensamento e a ação – modos de fazer coisas” (ROBBINS, 2018, p. 69).

E foi na análise desses problemas que os conceitos do que ele viria a chamar de “Teoria do Campo” foram concebidos. A Teoria Geral dos Campos envolve termos que fazem parte de uma epistemologia dinâmica na medida em que são pensados e analisados em conjunto, dentro de uma perspectiva sistêmica, já que se interconectam e ajudam a constituir uma visão de mundo. Portanto, a teoria é fundamentalmente relacional. Questões de ordem subjetiva e objetiva – de teoria e prática – aparecem nas pesquisas de Bourdieu (GRENFELL, 2018). A TGC diz respeito à multiplicidade dos elementos que constituem a realidade do

mundo social, a diversidade dos mundos, das lógicas e práticas que refletem estes diferentes mundos e campos, percebidos enquanto lugares onde se constroem possibilidades e vivências comuns e antagônicas (LIMA, 2010).

Considerando que os conceitos dessa teoria vêm sendo aplicados empiricamente por diversas áreas do conhecimento (ver mais em GARCIA, 1996; SETTON, 2002; VILARINHO, 2004; THIRY-CHERQUES, 2006; LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009; MOESCH; NOSCHANG, 2012), além de que todo o trabalho conceitual desenvolvido por Bourdieu foi postulado por questões práticas (WACQUANT, 2006), o que se discute ao longo deste artigo é a possibilidade da aplicação da teoria de Bourdieu nos estudos regionais, pautando temas como a mobilidade social e a mobilidade espacial.

Embora as pesquisas de Bourdieu sobre os campos não trabalhe especificamente sob a ótica da dimensão regional, é possível perceber uma conexão da teoria com estes estudos, principalmente quanto aos diferentes processos de desenvolvimento das regiões e suas assimetrias². Todavia, uma construção teórica robusta e específica com tal finalidade, inexistente até o momento. Da mesma forma, não há uma aplicação empírica de tais convergências, e é nesse sentido que o presente artigo se encontra. Este artigo está dividido em 8 itens e subitens, versando sobre a TGC e os seus conceitos-chave, bem como outras questões que podem ser estudadas a partir da teoria para viabilizar a sua aplicação, seguido das considerações finais.

2. A Teoria Geral dos Campos

O ponto central da análise de Pierre Bourdieu se encontra na compreensão do que é a Teoria Geral dos Campos, e na percepção sobre as relações de poder que ocorrem dentro de um campo. Para entender as relações entre indivíduos e compreender um determinado evento ou fenômeno social não basta apenas observar os acontecimentos em um determinado contexto histórico. É imprescindível explorar o espaço social onde essas interações ocorrem (BOURDIEU, 2006). Assim, uma análise do espaço social também questiona os modos que geraram a percepção anterior do objeto, quem fez e quais os interesses foram satisfeitos a partir de tais práticas (THOMSON, 2018).

Por isso, as noções de espaço social e campos de poder contemplam uma compreensão relacional do mundo, haja vista que toda a realidade que elas retratam se encontra na superfície dos componentes que as formam. O mundo social é construído a partir de estruturas objetivas e subjetivas que são responsáveis por pré-conceber as ações dos indivíduos – que no caso, Bourdieu se refere como agentes sociais. Os agentes existem na diferença e por meio dela, e, sincronicamente, ocupam posições subjetivas em um emaranhado de relações que mesmo sendo invisíveis e complicadas de descrever em sentido empírico, são completamente reais (BOURDIEU, 1996). Logo, a TGC é estruturada a partir de três conceitos sistêmicos: o *habitus*, o campo e o capital, que serão abordados com maiores detalhes nos subitens seguintes.

2.1 O campo

Comparar um campo social com um campo de futebol tem certa coerência. Bourdieu debateu sobre a vida como um jogo. Com frequência, referiu-se a ela

como um jogo de futebol e sugeriu que, da mesma forma, o campo social consiste em posições ocupadas por agentes e o que ocorre no interior do campo tem suas limitações... aquilo que pode ou não ser feito. Assim, o que pode ser feito também é demarcado pelas condições deste campo (THOMSON, 2018).

Bourdieu criou a noção de campo como uma forma de explorar e pesquisar a atividade humana. Contudo, a ideia de campo social sozinha não tem poder explicativo fortemente capaz de atingir esse objetivo. Então ele formulou uma teoria que uniu três conceitos interdependentes – o campo, o capital e o *habitus* –, essenciais para o entendimento do mundo social, estando, portanto, “amarrados num só górdio que poderia ser compreendido apenas através de desconstruções caso a caso” (THOMSON, 2018, p. 98).

O autor busca superar a tendência de oposição entre o subjetivismo e o objetivismo por meio de uma relação de complementaridade, que caminha entre o sistema de posições objetivas e as disposições subjetivas dos indivíduos e grupos sociais. O mundo social é constituído pelos diversos campos, que são uma espécie de microcosmos, espaços de interações objetivas que apresentam uma dinâmica própria, diferente da lógica reproduzida nos demais (THIRY-CHERQUES, 2006). O sentido da posição dos agentes é simbólico e é definido uma com relação às outras no interior de um campo. Os campos possuem relativa autonomia entre si; e essa autonomia estabelece as circunstâncias para uma disputa interna ao campo protagonizada pelos indivíduos (MONTAGNER; MONTAGNER, 2011).

O jogo que ocorre no campo é competitivo e vários agentes podem participar utilizando estratégias para manter ou melhorar a sua posição. O tipo de artimanha que estes dispõem vai depender dos seus capitais acumulados, sendo esses o meio e, ao mesmo tempo, o produto da dinâmica do jogo. Só que, diferentemente de um campo de futebol, no campo social não existe paridade entre os jogadores, pois os indivíduos que possuem maior estoque de capital em suas variadas formas estão em vantagem na medida em que o campo depende dele e o produz cada vez mais. Logo, entende-se que esses agentes serão capazes de ampliar os seus capitais e obter sucesso nas tomadas de posição em detrimento de outros (THOMSON, 2018).

A posição dos indivíduos em um campo determina a maneira na qual estes consomem, o entendimento e o posicionamento político, o acesso ao ensino escolar, artes, etc. O campo é um espaço de relações entre indivíduos, grupos ou instituições, que disputam pela ascendência, dominação ou conservação da hegemonia daquele campo (BOURDIEU, 2007). A sua estrutura é composta pelas relações de força entre os agentes que lutam pelo “monopólio da autoridade que outorga o poder de ditar as regras, de repartir o capital específico de cada campo” (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 37).

Em maior ou menor grau, um campo influencia no outro. Eles se apresentam de diversas formas: o social, o econômico, o político, o cultural, etc. Os campos cultural e social por exemplo, são campos diferentes, mas não independentes. Do campo cultural advêm intelectuais, empresários, trabalhadores em geral, que são os agentes atuantes no campo social. Da mesma forma, o campo político pode interferir no econômico a partir de investimentos ou taxação de impostos, intervenções jurídicas das mais variadas ordens, além de regulamentações que

visam moldar o comportamento de agentes e organizações. O campo econômico também tem o poder de influenciar em todos os campos, considerando que o seu capital específico é fundamental para a conversão nos demais, além do acesso a outros campos. Os campos funcionam entrelaçados entre si, não só pelo reflexo dos conflitos, mas pela disseminação das ideias e criação de homologias (BOURDIEU, 1996).

O campo social é um dispositivo teórico e metodológico que auxilia os pesquisadores a desenvolver métodos para compreender o mundo. Não é um espaço material palpável ou visível, ainda que tudo o que o compõe – instituições, pessoas, grupos e práticas – exista de forma física (THOMSON, 2018). É a partir da relação de forças entre os agentes sociais é que o campo ganha forma. O volume de capital específico, com a junção das demais espécies de capital é o elemento que determina a posição que cada agente e as suas possibilidades de ascensão no mesmo. Quanto maior for o seu capital específico aliado às demais formas, maiores são as chances deste agente ascender a uma posição de prestígio ou conservar o seu posto, e maior será o seu poder de dominação e controle sobre o campo e os pequenos detentores de capital (BOURDIEU, 2005).

2.2 O *habitus*

Habitus é um conceito hermético e de fundamental importância para a teoria do campo e a sociologia de Bourdieu, também é um dos mais citados, sendo utilizado para estudos em uma gama de áreas do conhecimento. O *habitus*, apesar de popular no meio acadêmico, também é uma das percepções mais mal interpretadas, empregadas e questionadas de Pierre Bourdieu. O conceito busca oferecer uma forma de analisar o mundo através de investigações empíricas, sendo central não somente para o pensamento do autor, mas para um conjunto excepcional de estudos com grande relevância científica (MATON, 2018).

O *habitus* possui uma longa trajetória nas ciências humanas e sociais. De acordo com Setton (2002), a palavra latina tem origem no pensamento aristotélico e foi muito utilizada pela tradição Escolástica. Traduz a noção grega de *hexis*, que designa as propriedades do corpo e da alma que são assimiladas a partir de um processo de aprendizagem. Mais tarde, o conceito foi utilizado por Émile Durkheim, Marcel Mauss e Max Weber; mas é por meio de Bourdieu que a palavra ganha protagonismo e incorpora novos elementos que visam transcender a oposição entre a objetividade e a subjetividade. Logo, as ações dos indivíduos são amparadas por um princípio gerador (WACQUANT, 2004).

A noção de *habitus* permite expressar algo que se assemelha ao que a ideia de hábito sugere; porém, diferenciam-se em um ponto crucial: o *habitus* é aquilo que se adquiriu, e é incorporado de maneira durável sob a forma de disposições permanentes, trazendo a convicção de se tratar de algo histórico, arraigado na trajetória de indivíduos ou grupos (BOURDIEU, 1984). Nesse sentido, pode ser caracterizado como um sistema de disposições duráveis e socialmente constituídas, incorporadas por um indivíduo ou grupo, que ordenam e dão sentido às suas práticas e comportamento. O *habitus* se traduz, nas palavras de Bourdieu (1989; 1996), em estruturas “estruturadas e estruturantes”, pois são atos inconscientes que fazem um intermédio entre as estruturas sociais e condutas individuais. É constituído ao longo da vida do indivíduo, sendo

resultado de um processo de inculcação, isto é, a produção e reprodução das práticas, sendo composto por um conjunto de representações que ocasionam ações pertinentes a um campo específico (GARCIA, 1996).

O *habitus* é uma lógica de segmentação que estabelece as diferentes posições dos agentes no espaço social, principalmente no que tange à sua classe, construída enquanto atores no campo em que buscam se inserir ou revolucionar, ou seja, em suas ações e os bens que possuem. Cada classe de posições se traduz em uma classe de *habitus* – gostos – resultantes da condição social dos indivíduos, vinculados entre si por uma compatibilidade de estilo de vida (BOURDIEU, 1996).

O conceito de *habitus* é igualmente importante à noção de campo pois expressa não somente as limitações da teoria neoclássica da economia no que diz respeito às escolhas dos indivíduos (que percebe os agentes como tomadores de decisão conscientes, buscando a maximização dos seus lucros), mas rompe com a filosofia cartesiana, transcendendo o mecanicismo, que abrevia a atividade humana a uma mera reação a causas diversas, e o finalismo – que determina o agir como algo pré-estabelecido e consciente, destinado a atingir um fim específico, reduzindo o comportamento do indivíduo a um cálculo racional. Os agentes não fazem escolhas deliberadas e conscientes; é a estrutura do campo que norteia as possibilidades de ação de maneira involuntária, a partir da tradição assimilada na forma de *habitus*. O agente é, então, um indivíduo que absorve disposições sociais objetivas (CHALITA, 2006).

O *habitus* opera como um esquema de percepção, existente na mente e no corpo dos agentes que fazem parte de um campo, sendo também o reflexo das experiências históricas coletivas e individuais, de estruturas profundas. Bourdieu (1996) opta por chamar os indivíduos ou grupos de agentes sociais, na medida em que estes possuem um sistema de preferências, entendimentos, pensamentos e representações, e incorporam um *habitus* gerador, que tende a se modificar a depender do tempo e do espaço no qual se encontra. No decorrer da vida, o agente absorve e reestrutura o seu *habitus*, reordenando o aprendizado antigo pelo mais novo. O *habitus* é individual e coletivo; e as estruturas mentais pelas quais os agentes assimilam e interiorizam o social geram diferentes visões de mundo que auxiliam na construção do todo (THIRY-CHERQUES, 2006).

2.3 Os capitais

Na visão de Bourdieu (1986, p. 241) “capital é trabalho acumulado (em sua forma materializada ou sua forma incorporada, expressada) que, quando apropriada de forma privada, isto é, exclusiva por agentes ou grupos de agentes, lhes permite apropriar-se da energia social na forma de reificada ou trabalho vivo”. É uma espécie de força estabelecida na estrutura de cada campo inerente à realidade do mundo social. Assim, cada campo possui o seu capital específico, no qual cada um dos agentes possui uma quantia, podendo ser expressiva ou não, fato que determinará a sua posição na disputa.

O capital não se adquire rapidamente, dado que gera lucros e possui capacidade de se reproduzir igual ou expansivamente. A estrutura de distribuição das diferentes formas de capital demonstra o mundo social como ele é, com as suas

restrições, seu *modus operandi*, e determina as possibilidades de sucesso ou insucesso das práticas aplicadas pelos agentes. Nesse sentido, Bourdieu considera impossível compreender a complexidade do mundo sem a introdução do conceito de capital em todas as suas formas (BOURDIEU, 1986).

Os campos têm um interesse que todos os agentes compartilham e querem alcançar. Esse interesse está associado tanto a existência do campo, quanto aos capitais, isto é, os recursos de poder disponíveis para a mudança, ou conservação/reprodução das posições sociais. A noção de capital trazido por Bourdieu tem raiz econômica, onde é acumulado por meio de operações de investimento, transmitido por herança e reproduzido conforme as habilidades do seu detentor, e o processo de acumulação dos diversos tipos de capital ocorre por meio de investimentos (THIRY-CHERQUES, 2006).

Embora existam diversos tipos de capital, Bourdieu aponta três formas principais na qual ele se apresenta: o capital econômico, o capital cultural e o capital social. O primeiro se materializa em distintas condições de produção, como trabalho, terras, empresas, indústrias, etc., e no conjunto de bens econômicos, como patrimônio, dinheiro e riqueza material. É aquilo que pode ser conversível em dinheiro de imediato. O capital cultural pode existir em três formas: (i) em seu estado incorporado, nas disposições da mente e do corpo, como as questões de cunho educativo que são transmitidas no ambiente familiar; (ii) no estado objetivado, na forma de bens culturais. Para ter acesso e possuir bens em sua materialidade, como livros, dicionários, quadros, etc., é necessário ter além de capital econômico para adquiri-los. Deve-se ter as ferramentas para saber utilizá-los. Isso significa que é necessário possuir capital cultural no estado incorporado; e (iii) no estado institucionalizado, que se refere às propriedades originárias do capital cultural, como por exemplo, os títulos escolares e acadêmicos. Quanto maior for o investimento realizado na carreira escolar, maior será o provável retorno com o título, que repercutirá no mercado de trabalho. Ou seja, se um título escolar pode ser facilmente acessado por todos, há uma tendência de desvalorização (BOURDIEU, 1986).

A noção de capital cultural surgiu a partir de pesquisas realizadas por Bourdieu, sobre a desigualdade nas carreiras escolares de crianças de diferentes classes sociais no que tange ao sucesso acadêmico. Esse aspecto incide em uma ruptura com a premissa de que os lucros no âmbito acadêmico são uma consequência das capacidades naturais dos indivíduos. Bourdieu ressalta que este tipo de capital se destaca pelas condições nas quais os agentes o adquirem; fato que ajuda a determinar o seu valor e a sua posição no campo. Não pode ser acumulado além da capacidade de um único indivíduo, morre com o seu detentor e pode ser transmitido hereditariamente. O princípio fundamental do capital cultural é que ele garante ganhos tanto materiais quanto simbólicos para aqueles que possuem um grande volume: “qualquer competência cultural dada (por exemplo, ser capaz de ler em um mundo de analfabetos) deriva um valor escasso de sua posição na distribuição de capital cultural e produz lucros de distinção para seu dono” (BOURDIEU, 1986, p. 244).

O capital social corresponde a uma rede de relacionamentos duráveis entre indivíduos, que envolvem laços de confiança, solidariedade e reciprocidade. Essas relações podem existir apenas para trocas simbólicas ou materiais, assim como podem ser instituídas socialmente e receberem uma denominação, como

o nome de um partido ou uma associação, etc. Tais redes sociais conferem aos indivíduos uma identidade comum a todos, aproximando-os ainda mais e fomentando o sentimento de pertença àquele grupo. O volume de capital social de um agente individual depende do tamanho da sua rede de relações e também do volume global de capital que este possui; a distribuição das outras formas de capital (econômico e cultural) (BOURDIEU, 1986).

Essa rede é fruto de uma estratégia de investimento, coletiva ou individual, designada a criar interações que poderão ser benéficas a curto e longo prazo. A manutenção e reprodução deste capital exige um esforço contínuo de socialização, trocas e reconhecimento por parte dos membros. Esse aspecto requer um maior dispêndio de tempo, e por certo, de capital econômico (de forma direta ou indireta) (BOURDIEU, 1986). Os tipos de capital são conversíveis entre si. O capital cultural pode ser convertido em capital econômico, o capital social pode ser convertido em capital cultural e assim por diante. O capital econômico é um dos mais significativos, pois pode facilmente ser convertido em outros capitais tendo em vista que, em diversas circunstâncias, ele se torna a moeda de troca para o acesso aos demais (BOURDIEU, 1996).

Como a distribuição do capital é desigual, os campos estarão sempre em conflito na medida em que os agentes em posições mais privilegiadas ou de hegemonia estarão lutando para defender os seus postos face à busca por ascensão pelos demais. Outro ponto relevante é que a convertibilidade das diferentes formas de capital é o cerne das estratégias designadas garantir a reprodução das posições ocupadas em um determinado campo (THIRY-CHERQUES, 2006).

3. A Teoria Geral dos Campos e a questão regional

Mas afinal, de que forma a teoria de Bourdieu teria alguma vinculação com estudos no âmbito do desenvolvimento regional? Como mencionado, a distribuição desigual do capital e dos custos determina a estrutura do campo de forma hierarquizada. Além disso, ela também tem o poder de controle sobre a entrada de novos indivíduos e do acesso as oportunidades e obtenção de benefícios dentro dele.

Os agentes que possuem maior quantia de capital global estabelecem as regras do jogo e até os seus limites, restringindo as possibilidades de entrada ou a mobilidade dos que têm um baixo volume de capitais. Assim, a própria estrutura do campo contribui para a conservação de práticas desiguais por meio de barreiras de entrada, que nada mais são do que o produto “da desvantagem permanente que os novos que entram devem enfrentar, ou do custo de exploração que eles devem quitar”. Tais práticas fazem com que o campo sempre beneficie aqueles que possuem mais capital (BOURDIEU, 2005, p. 27-28). Para aprofundar a discussão, utilizaremos como exemplo o campo econômico, tendo em vista a ideia que buscamos traçar.

No campo econômico, a força que um agente tem varia conforme os seus recursos, e isso pode ser o determinante para o sucesso ou fracasso em uma disputa por posições. Bourdieu (2005) exemplifica no artigo *O campo econômico* a disputa entre *players*, no qual o autor afirma que a forma da distribuição do capital e de custos estabelecem a estrutura do campo e as relações entre as

empresas, questão que atribui um poder sobre o campo, e conseqüentemente, sobre os donos de poucos capitais. Essa distribuição também regula o direito de ingresso no campo e a distribuição de possibilidades de lucro. Bourdieu explica que os variados tipos de capital não atuam apenas indiretamente, por meio dos preços, mas que eles “exercem um efeito estrutural, porque a adoção de uma nova técnica, o controle de uma parte maior do mercado, etc., modificam as posições relativas e as performances de todas as espécies de capital detidas pelas outras firmas” (Idem, 2005, p. 25-26).

Conquanto a ideia de campo econômico trazida por Bourdieu (2005) tenha sido apresentada no âmbito mais empresarial, ela também pode ser vista sob outra perspectiva: a de um espaço social no qual permeiam relações entre grupos de indivíduos que visam a possibilidade de ingressar no campo em questão, ou de melhorar a sua posição dentro dele, já que no fim, isso não se resume apenas à busca por oportunidades econômicas, mas a uma questão social e humana, envolvendo elementos que estão na raiz da desigualdade social (RAMOS; MARIÑO, 2008).

A dificuldade no ingresso e mobilidade dentro do campo econômico em uma determinada região aponta para uma questão-chave nesse contexto, que é a desigualdade de oportunidades. Isso se traduz na desigual posse de capitais, o que restringe a possibilidade de ascensão econômica e social de grande parcela dos grupos que estão naquele território. Tal fator tem suas raízes no processo histórico de formação do campo econômico em dada região, o que demonstra o grau de porosidade do mesmo, ou seja, o quão fácil ou difícil é a entrada e alteração de posições dentro dele. De acordo com Ramos e Mariño (2008), essa condição tem sua origem nas relações de dominação ou de exclusão. Assim, quando há diferenças significativas de classes em uma região, tais diferenças revelam contrastes culturais e relações de poder muito dissonantes, nas quais um grupo é subordinado pelo outro, demonstrando falta de harmonia no que tange às normas que asseguram um nível de integração social.

Uma das conseqüências dessa realidade, de acordo com Santos et al. (2010), são os deslocamentos populacionais. Com base nesses autores, as desigualdades regionais seriam o grande impulsionador das migrações, onde as atividades econômicas, no decorrer da história, se concentraram em grandes polos, causando assimetrias regionais que provocariam os deslocamentos. Alguns dos motivos que atraem os migrantes, segundo os autores, referem-se ao maior acesso ao mercado de trabalho nas cidades e a grande demanda por mão-de-obra; enquanto que a razão que incentiva a migração seria a possibilidade de melhorar o padrão de vida, com remunerações superiores ao que se dispunha no local de origem. Aqui, verifica-se que um dos grandes motores do fenômeno migratório é o acesso a oportunidades de ingresso e/ou ascensão no campo econômico.

Até o momento, encontramos dois elementos que podem ser estudados no contexto regional a partir da análise da dinâmica de um campo, que neste exemplo é o econômico, mas poderia ser o campo social, o político, o educacional, etc., que são: (i) mobilidade social, e; (ii) mobilidade espacial.

3.1 A mobilidade social

De acordo com Grácio (1997), os estudos sobre mobilidade social tiveram um crescimento exponencial nos anos 50 e 60 nos Estados Unidos, e já na década de 70 se consolidaram como um dos grandes debates da Sociologia. Nesse período, a perspectiva predominante foi a funcionalista, principalmente através da ideia de Davis e Moore (1944), onde a desigualdade foi percebida até mesmo como algo necessário para o desenvolvimento da sociedade. Os autores ainda destacam que aqueles que possuem maiores talentos e habilidades individuais merecem ser contemplados com mais recursos. Em síntese, postulava-se uma via de mão dupla entre a diversidade e a desigualdade de capacidades e posições, que pode ser compreendida como um retrato da aproximação entre a problemática da estratificação social e a mobilidade (COSTA, 2018).

As pesquisas americanas que coadunam com esta abordagem tentaram provar empiricamente os seus preceitos teóricos, abraçando o discurso universalista de realização pessoal, onde os agentes têm o poder de escolha sobre o seu destino, e o reflexo das suas ações independem de contextos particulares. Uma significativa contribuição da corrente funcionalista foi a de Blau e Duncan (1978, *apud* GRÁCIO, 1997), que associaram causas estruturais da mobilidade social com os movimentos migratórios. Aqui, evidencia-se que os valores pessoais e habilidades individuais são importantes na promoção da ascendência de indivíduos com posições baixas, direcionando-os a posições mais elevadas. Aqueles que possuem laços de parentesco e amizades reduzidos, em geral, tenderiam a migrar para lugares com maiores oportunidades, o que beneficiaria a mobilidade ocupacional.

Um segundo grupo de autores centraliza os estudos em uma direção distinta. O pensamento estruturalista posto sobre classes obrigatoriamente agrega como aspecto fundamental os fenômenos de mobilidade. Nesse sentido, as posições sociais dos indivíduos teriam forte relação com a questão familiar, visto que o membro de uma classe social não seria apenas uma única pessoa, mas toda a família (a linhagem), na medida que o pertencimento de um indivíduo à classe dependeria da posição social da prole. A mobilidade aqui é vista como um elemento que compõe as classes, considerando que pode estar atrelada a própria criação das posições (GRÁCIO, 1997).

Para esta vertente, a ausência ou a baixa mobilidade social em uma sociedade intensifica a posição dos indivíduos de geração para geração, questão que, aliada a fatores econômicos, colabora para a estruturação em classes e a estratificação (GIDDENS, 1975). Portanto, a preocupação exposta é de que forma a configuração da estrutura social (a desigualdade de oportunidades e condições) dificulta para muitos indivíduos o pleno exercício das suas capacidades individuais.

Bourdieu faz parte do rol de adeptos à perspectiva estruturalista. O ponto inicial da abordagem sobre classes sociais de Bourdieu é a afirmativa de que todos os agentes de uma sociedade estão posicionados objetivamente no espaço social em decorrência do seu estoque de capital econômico e cultural. Mapear o espaço social, para o autor, possibilita posicionar indivíduos, e não especificamente classes, apesar de também ser possível. Como assim? Explicamos: geralmente, temos uma tendência a agrupar indivíduos que

possuem alto poder aquisitivo e grande conhecimento cultural enquanto uma “classe”. Contudo, Bourdieu busca mostrar que as classes são pressupostas, não são reais propriamente ditas. Os agentes estarem posicionados com maior proximidade no espaço social não necessariamente significa que se identificam uns com os outros, ou que agem de maneira coletiva, o que é esperado daquilo que envolve o sentido de classe (CROSSLEY, 2018). Para Bourdieu (1989), os indivíduos que partilham de uma posição no espaço social são tão somente indivíduos; mas para existirem enquanto classe social, estes devem se reconhecer como pertencentes à uma coletividade, agir e se mobilizar como tal.

Embora não formem especificamente uma classe, os indivíduos que partilham de uma posição semelhante no espaço social partilham também, por conta disso, de condições similares de vida e trabalho. Além de que, essa adjacência tende a criar um nível de proximidade entre personas que pode estimular a criação de grupos reais, considerando que aumenta a probabilidade de socializar e frequentar os mesmos lugares, como conviver com o mesmo círculo de contatos. Somado a isso, estão propensos a desenvolver estilos de vida e visões de mundo análogos, que é o que Bourdieu chama de *habitus* de classe (CROSSLEY, 2018).

Na obra *A distinção* (BOURDIEU, 2007), o autor faz uma discussão sobre os condicionantes estruturais que estabelecem e reproduzem as posições de classe na sociedade contemporânea, apontando os instrumentos sociais que conservam essa estratificação. Ao designar classes, no sentido de “classes de agentes” ou “classes de condições de existência”, Bourdieu ressalta que é necessário olhar para além das categorias gênero, filiação, origem étnica e situação profissional, tendo em vista que os indivíduos reunidos em uma classe constituída por meio de uma afinidade particular (em que pese este último fator seja essencialmente determinante), carregam consigo muito além das particularidades que originam a sua classificação; trazem também algumas propriedades secundárias.

Bourdieu visualiza e identifica estratos sociais a partir da posse das diferentes formas de capital. Tendo como base a sua pesquisa realizada na França, na segunda metade do século XX, o autor explica que as diferenças que mais rapidamente podem ser visualizadas, isto é, aquelas que designam a distinção entre as classes sociais, são oriundas do volume global de capitais (econômico, político e social). Estes são os recursos de poder utilizados para classificar os agentes em posições. Sendo assim, as frações de classes podem se distribuir desde as mais munidas, de uma só vez, em capital econômico e cultural, até aquelas extremamente desprovidas destes dois instrumentos (BOURDIEU, 2007).

O autor amplia o olhar acerca da estratificação social em uma sociedade capitalista, e destaca que as possibilidades daqueles indivíduos originários de famílias com grande volume de capital global de se manterem nas altas posições são tão expressivas quanto as chances daqueles oriundos de famílias menos favorecidas – com menor posse de capitais – poderem ascender socialmente. Assim, o estudo revela uma visão mais pessimista da realidade social, onde as possibilidades de mobilidade ascendente podem ser muito mais restritas do que outras pesquisas desenvolvidas sobre a temática costumam sinalizar (BOURDIEU, 2007).

Isso significa que a posição social do indivíduo condiciona as suas disposições, onde a trajetória profissional individual reflete também uma trajetória de classe. Conquanto o fato de alguns agentes sociais conseguirem ascender e se distanciar das suas trajetórias de classe, tal questão não chega a apagá-la, considerando que estes serão para sempre marcados pelo seu *habitus* de origem (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009).

Sendo assim, Bourdieu (2007) indica que existe uma tendência de reprodução e conservação da dinâmica dos campos e da estratificação, tendo em vista que as possibilidades de mobilidade estariam vinculadas à origem social do agente. Uma questão importante com relação às origens teóricas da visão bourdieusiana é que, embora o autor critique algumas concepções marxistas e weberianas, é visivelmente influenciado por ambas as perspectivas, e em diversos momentos se apropria dos conceitos advindos de Marx e Weber. Parkin (1974) explica que, na visão de Weber, as posições dos agentes na estrutura social estão associadas às diferentes estratégias de encerramento social (*social closure*) estabelecidas pelo próprio sistema de estratificação:

Por encerramento social, Weber entende o processo pelo qual as coletividades sociais procuram maximizar recompensas, restringindo o acesso a vantagens e oportunidades a um círculo limitado de elegíveis. Isso implica a seleção de certos atributos sociais ou físicos identificados como a base justificativa da exclusão (Ibidem, 1974, p. 3, tradução nossa).

Ainda conforme Parkin (1974), Weber argumenta que qualquer característica (língua, origem social, descendência, raça) pode ser aproveitada, contanto que sirva para a monopolização de oportunidades, principalmente as econômicas. Tal monopolização é direcionada contra aqueles que compartilham alguns atributos – podendo ser positivos ou negativos; mas a sua intenção é sempre o bloqueio de oportunidades econômicas e sociais a estranhos. O encerramento social pode ser feito por grupos estabelecidos em qualquer nível de hierarquia da estratificação; no entanto, os fundamentos escolhidos por um dado grupo para fins de exclusão possivelmente estejam subordinados à sua posição geral no sistema de distribuição de riquezas.

Uma vez que as estratégias de encerramento social ultrapassam a questão da luta pelos meios de produção, as posições de classes se expandem. Costa chama atenção para o fato de que, nesta perspectiva, diferenciar classes e estratos já não é mais importante, posto que se empregue tais denominações enquanto categorias que determinam as distintas posições na estrutura social com seus subterfúgios de *social closure* (COSTA, 2018). De forma similar, Bourdieu (2005) explica que, dependendo da posição que ocupam na estrutura do campo, os agentes utilizam estratégias que podem ser de conservação ou de subversão. Quanto melhor for a posição do agente dentro do campo, maior disponibilidade de estratégias este terá no jogo de lutas.

O campo econômico tem como especificidade permitir e privilegiar uma visão mais calculista, além das disposições estratégicas que acompanham essa perspectiva. Logo, “[...] as estratégias mais conscientemente elaboradas só podem se exercer nos limites e nas direções que lhes são atribuídos pelas pressões estruturais e pelo conhecimento, desigualmente distribuído, destas

pressões” (BOURDIEU, 2005, p. 28). Desse modo, as forças do campo conduzem os agentes dominantes rumo a estratégias que visam aumentar a sua dominação. É assim que a gama de capitais que possuem lhes permite utilizar com êxito estratégias com a finalidade de intimidar os concorrentes e inibir as suas oportunidades de ascensão (Ibidem, 2005).

Dentre tantas perspectivas acerca da mobilidade social, foram apresentadas brevemente duas correntes antagônicas que demonstram a evolução do pensamento sociológico: a funcionalista e a estruturalista. Em resumo, a corrente funcionalista preconiza que a ascensão social dos agentes está ligada às suas capacidades individuais. A visão estruturalista enxerga o processo de estruturação de classes e a mobilidade social como aspectos indissociáveis. O indivíduo não é percebido de maneira isolada, mas todo o seu contexto familiar passa a importar quando se trata de pertencimento à uma classe (GRÁCIO, 1997). Portanto, as correntes abordadas abrangem importantes teorias sobre a temática, principalmente as considerações de autores como Weber e Bourdieu, que coadunam essencialmente com a segunda visão.

O conceito de encerramento social de Weber que fora trazido por Parkin (1974) segue perspectiva similar à de Bourdieu, posto que demonstra a indissociabilidade entre a relação indivíduo e sociedade e a complexidade dessas relações. A percepção é de que indivíduos que se encontram em posições privilegiadas em um campo específico utilizam de estratégias para conservar a sua posição, bem como restringir as possibilidades de ingresso e mobilidade daqueles com menor disposição de capitais, cenário que pode demonstrar o grau de coesão social existente em um território.

3.2 Vertentes teóricas sobre o fenômeno migratório

A discussão sobre as teorias acerca da mobilidade espacial durante muito tempo esteve dividida entre a visão neoclássica e a estruturalista. Os estudos sobre os deslocamentos populacionais vêm se tornando foco de interesse das mais variadas áreas do conhecimento, podendo ser examinado sob diversas lentes. É consenso entre os autores no que diz respeito às abordagens: são muito diversas e fragmentadas, não abrangendo o conhecimento necessário para compreender com maior concretude os fenômenos migratórios (OLIVEIRA, 2011).

A perspectiva neoclássica enxerga os indivíduos como seres atomizados, racionais e capazes de hierarquizar seus interesses a fim de aumentar os seus ganhos. A partir disso, parte-se da premissa que os sujeitos dispõem de informações sobre as distinções de renda entre o seu país ou região e demais localidades; assim, o migrante é um indivíduo que toma a decisão de migrar com base no cálculo das suas preferências e de custo-benefício que o faz esperar um retorno positivo, principalmente no sentido financeiro por meio do deslocamento. Os migrantes optarão por localidades onde suas habilidades profissionais e pessoais podem ser mais bem aproveitadas, considerando a remuneração e os custos atrelados ao ato da migração (SANTOS et al., 2010).

De acordo com Simmons (1991), as teorias desenvolvidas sobre migrações sofreram forte influência do mundo industrial e do desenvolvimento econômico,

sendo baseadas na teoria da modernização. No mais, tais teorias direcionavam seu foco nos grandes deslocamentos populacionais, como as migrações internacionais e a urbanização. Dessa forma, fica claro que a crise identificada nas produções teóricas sobre os fenômenos migratórios é oriunda, em parte, da aplicação de elementos e referências advindas do paradigma de acumulação fordista, que é insuficiente para compreender todas as transformações que seguem ocorrendo no padrão de acumulação do capital.

A teoria formulada pelos novos economistas da migração traz outro pressuposto, afirmando que a tomada de decisão sobre migrar não é feita apenas por um indivíduo, mas por um grupo maior de pessoas que possuem algum tipo de relação. O foco da análise muda, deixando de ser centralizada em um único sujeito, mas no domicílio ou comunidade. De acordo com a teoria, a decisão de migrar normalmente seria tomada em conjunto com um grupo de pessoas que não empreenderiam a migração, onde os custos e ganhos advindos do movimento seriam divididos. Outra questão é que os indivíduos agem não somente buscando maximizar os seus lucros, mas também em reduzir os riscos; sendo assim, os domicílios ou a comunidade controlariam as possibilidades de modificação negativa no padrão de vida, podendo até mesmo aumentar a força de trabalho, dinamizando a destinação dos recursos. Tais economistas percebem a existência de um mercado de trabalho desigual que, mesmo na inexistência de mudanças salariais as migrações tenderiam a ocorrer, uma vez que todos ou um dos membros do grupo poderiam acabar migrando para não correr o risco de baixar o padrão de vida (SANTOS et al., 2010).

Nesse contexto, as relações familiares são fundamentais na decisão de migrar, já que tal ação afetará todos os membros. O pressuposto é que os ganhos são de toda a família, e não apenas de um único membro; e essa questão é um determinante nas migrações de famílias inteiras. Quando todos resolvem fazer o movimento, os ganhos passam a ser calculados a partir dos gastos e retornos que os familiares terão. Como o retorno pelo ato de migrar é muitas vezes menor que os custos, as famílias estão propensas a se deslocar menos (Ibidem, 2010).

Entretanto, com base em Oliveira e Ervatti (2015) pensar que os deslocamentos populacionais já estejam definidos em um sistema comandado pela economia mundial, deixa de considerar uma questão importante acerca dos mesmos, principalmente, os movimentos internos identificados nos países em desenvolvimento; ainda mais aqueles que possuem grandes centros urbanos para os pequenos e médios municípios. Tais deslocamentos não exatamente estariam subordinados à globalização, tendo em vista que seguiriam à lógica da economia interna do país ou região, sem estar diretamente associados ao contexto do capital internacional.

Na perspectiva estruturalista, são observadas as relações e papéis que os elementos desenvolvem dentro de um sistema. Todos esses elementos são interdependentes, não podendo verificá-los isoladamente. Para os teóricos que se debruçam nessa abordagem, não se deve visualizar apenas os aspectos que atraem ou expulsam os indivíduos de um território, mas também as suas condições culturais e sociais, sendo a migração vista como um processo de mobilização social. A partir da informação sobre o local no qual pretende-se migrar, cria-se expectativa sobre a mudança, o que vem por motivar o sujeito a empreender o deslocamento. Para Singer (1976) as migrações são um processo

de mudança em sentido global, condicionadas pela história. Os movimentos migratórios estão atrelados ao desenvolvimento do capitalismo, mais especificamente com a industrialização causada pelo mesmo.

As migrações estão definidas a partir de termos abrangentes, que incluem diversos fenômenos muito diferentes entre si. Por isso, não existe uma única teoria que preencha todas as lacunas explicativas sobre mobilidade espacial. A vertente teórica de redes sociais tem sido bastante utilizada nos estudos migratórios, na qual percebe o migrante como um indivíduo que está em busca dos seus objetivos e mobiliza recursos para chegar aonde deseja. Tais recursos podem ser laços pessoais ou profissionais nos quais se poderia captar informações sobre o local que pretende migrar, bem como obter acesso ao mercado de trabalho por meio de indicações ou intermediários (OLIVEIRA; ERVATTI, 2015).

Quanto mais migrantes fizerem parte da rede, mais os custos e os riscos reduzem, ampliando as possibilidades de mais migrações acontecerem, e assim por diante. O conceito de redes sociais caminha na direção de superar os hiatos deixados pela teoria neoclássica, tendo em vista que o centro da abordagem permanece o mesmo – que é a racionalidade –, só que nesse momento o indivíduo não tomaria suas decisões apenas sozinho ou com familiares, mas também a partir da busca por relações que aumentem as chances de êxito no movimento migratório (OLIVEIRA; ERVATTI, 2015).

A migração é um fenômeno demográfico e social complexo, pois na medida em que um fluxo migratório contém características e estrutura similar a outros fluxos, ele também estabelece histórica e socialmente sua singularidade (FAZITO, 2010). O deslocamento espacial denota um paradoxo inerente à sua condição, pois a noção do mesmo está intrinsecamente relacionado às concepções de imigração e emigração. Quando um indivíduo toma a decisão de sair do seu local de origem e constituir a sua vida em outro lugar, ele se torna um emigrante (da sua terra natal), e um imigrante (recém-chegado em um novo destino) (SAYAD, 1998).

O duplete emigrante/imigrante é o resultado de uma mesma realidade indissociável da mobilidade espacial, onde um não pode ser explicado sem o outro. A migração, portanto, reflete o curso de relações históricas de dominação material e simbólica (BOURDIEU; WACQUANT, 2000). Por isso, as redes sociais que movimentam as migrações conectam ações e pessoas enquanto um sistema. A literatura que trabalha nesta perspectiva apresenta que os principais motivos para os deslocamentos espaciais são de cunho econômico; por isso, demonstra que os indivíduos se articulam para sair do local de origem e buscar outras oportunidades de mobilidade social. Nesse sentido, as redes sociais ganham relevância e se tornam essenciais no processo, uma vez que estas são uma espécie de capital social que viabiliza o ato do deslocamento espacial.

4. Elencando conceitos e teorias

Os campos são estruturados pelas relações de poder, que se traduzem em uma oposição de forças e envolvem posições de dominação e de submissão, de acordo com a disposição de capitais (principalmente o econômico, cultural e social) dos agentes. A partir das suas estratégias, os indivíduos e grupos lutam

para dominar o campo, providos de diferentes volumes e espécies de capital – o que determina a sua posição no interior do campo. As estratégias dos agentes dependerão das possibilidades oriundas de lutas anteriores que vem a influenciar na definição dos espaços possíveis de tomadas de posição, além de orientar a busca por alternativas e os caminhos dos mesmos no interior do campo (LIMA, 2010).

É importante destacar que as lutas por posições no interior do campo hierarquizam as oportunidades das classes ou grupos sociais no que tange a valores e concepções. Por isso, “é a forma assumida pelos capitais objetivados em uma relação e incorporados (*habitus*) que determinam as classes sociais e, conseqüentemente, constituem as práticas que classificam as distinções” (ALVES, 2008, p. 4).

Os conceitos de campos de poder, *habitus* e os capitais são elementos que constituem o mundo social por meio das relações de conflito, dominação ou cooperação entre os agentes. No decorrer deste artigo foi exposto que, em virtude das relações de dominação predominantes em determinados territórios e a falta de coesão social – isto é, a existência de grandes assimetrias entre as classes (RAMOS; MARIÑO, 2008) –, alguns grupos sociais não conseguem modificar a sua posição no interior dos campos de poder devido à distribuição desigual dos capitais em jogo (BOURDIEU, 1989; 1996; 2007) e das estratégias de encerramento social (PARKIN, 1974) utilizadas por aqueles que querem manter o *status quo*.

Especialmente no campo econômico, onde existe a intenção explícita de maximização de ganhos, os indivíduos lutam para alterar a sua posição e ascender (BOURDIEU, 2005). Tal fato só é possível quando há uma maior permeabilidade no campo - quando a distância social entre os grupos de maior e menor poder não é tão profunda. Dito isso, a capacidade de mobilidade significa não somente uma mudança de posições no campo, mas uma modificação positiva de cunho econômico e social na vida daqueles agentes que repercute em diversos âmbitos da vida, como no acesso a emprego, renda, ensino escolar, cultura... enfim, uma melhoria nas condições e no padrão de vida, o que, em linhas gerais, são elementos constitutivos da noção de desenvolvimento socioeconômico.

Ramos e Mariño (2008) entendem que existe um conjunto de pré-requisitos, manifesto em termos de diferentes espécies de capital, sem os quais as tentativas para impulsionar o desenvolvimento em uma democracia – seja financeiro, institucional ou organizacional – estão propensos ao insucesso. Estes pré-requisitos advêm essencialmente de uma integração ou coesão social; dessa forma, a depender do nível de integração entre classes, grupos ou estratos sociais, a sociedade daquela região poderá avançar em direção ao desenvolvimento socioeconômico.

Os autores defendem que uma democracia pode levar ao desenvolvimento socioeconômico, uma vez que possua estes três pré-requisitos: *i*) Consciência coletiva no que tange às normas, leis, representação política, justiça, etc., como um alicerce para o enfrentamento ao dualismo cultural e social que se percebe na formação sócio-histórica do Brasil (este dualismo não é homogêneo entre as regiões); *ii*) Diálogo frequente e propagação de ideias a partir de organizações

que representem todos os grupos sociais presentes em determinada comunidade, sejam elas sindicatos, clubes, cooperativas, etc.; e *iii*) Possibilidades de ingresso e mobilidade social ascendente nos campos de poder, principalmente o econômico e o cultural (RAMOS; MARIÑO, 2008).

O desenvolvimento desigual envolve sistemas de dominação, imposição de hierarquias e relações de força enfiadamente constituídas e legitimadas por aqueles que ditam as regras. Essa conjuntura deságua no poder de comando e na dominação de classes, que é exercido e justificado por “determinada equação política, que se configura em um arco de alianças, um pacto de poder, assentado em certa correlação de forças [...], que dá direção e domínio das condições sociais em determinado território (BRANDÃO, 2011, p. 28).

Dito isso, quando há uma diferença significativa entre classes ou grupos sociais, além de uma desigualdade relevantemente assimétrica de volume de capitais (muito para poucos, e pouco para muitos), percebe-se que não há coesão ou integração social naquela sociedade ou região. Quando a possibilidade de ingresso e mobilidade nos campos de poder é restrita a um pequeno grupo, quer dizer que a oportunidade de ascensão econômico-social também é (RAMOS; MARIÑO, 2008). Logo, se os agentes não conseguem alterar a sua posição no interior do campo, a tendência é de conservação e reprodução dessas posições (BOURDIEU, 2007).

Scalon (2001) afirma que a análise da mobilidade social solicita uma percepção do espaço social no qual estão distribuídos bens e valores e são estabelecidas as relações entre os indivíduos. Contudo, o espaço social está em constante mudança, e é por meio do estudo da mobilidade que se intenta compreender a intensidade e a direção dessas transformações, evidenciando como ele é organizado. Uma sociedade pode “ser definida como aberta ou fechada, justa ou injusta, igual ou desigual de acordo com o grau de fluidez de sua estrutura social, ou seja, de como são distribuídas as oportunidades de alcançar posições sociais” (SCALON, 2001, p. 2). Portanto, em um contexto de ausência ou baixa perspectiva de possibilidades de mudança de cenário, vê-se como alternativa a mobilidade espacial (SANTOS et al., 2010).

O tema da mobilidade espacial vem ganhando relevância crescente nos estudos sobre população no século XXI, onde as migrações de longa distância redefiniram os seus rumos e contextos, e as dinâmicas regionais passaram a refletir especificidades às migrações urbanas. Nos últimos 70 anos, os deslocamentos populacionais estão altamente atrelados aos processos de urbanização e determinados pelos diversos períodos de mudanças políticas, sociais e econômicas enfrentadas pelo país ao longo da história. Os processos migratórios revelam territórios com distintas condições migratórias, ou seja, algumas áreas de retenção populacional, outras de perdas e áreas que possuem uma rotatividade de pessoas (BAENINGER, 2011).

5. Considerações finais

O presente artigo teve como proposta trazer a discussão teórica sobre a possibilidade de aplicação da Teoria Geral dos Campos de Pierre Bourdieu aliada ao contexto regional. A inovação trazida em pauta é justamente a

utilização dessa teoria para estudos regionais, considerando a inexistência de propostas para investigações empíricas com essa finalidade. Assim, se abriu caminho para a discussão de mais duas outras temáticas que possuem vinculação direta com os estudos relacionados ao desenvolvimento regional e podem ser pesquisadas por meio da TGC, que são a mobilidade social e a mobilidade espacial. Além de uma breve explicação sobre os três principais conceitos que norteiam a teoria (*campo*, *habitus* e *capital*), foram abordadas perspectivas referentes aos dois elementos supracitados e a forma na qual essas noções podem ser percebidas em conjunto.

Vê-se a necessidade de adaptações metodológicas, tendo em vista que a forma de execução das pesquisas empíricas de Bourdieu envolvem em grande parte métodos qualitativos e quantitativos de coleta de dados como questionários, entrevistas, além de ferramentas geométricas para a análise do material coletado e formulação do mapa do espaço social estudado – o que levaria anos para ser desenvolvido, ao passo que grande parcela dos pesquisadores não dispõe de tempo hábil para tanto. Verificada a impossibilidade de percorrer o percurso metodológico bourdieusiano, a sugestão é que se amplie o olhar acerca das metodologias e métodos disponíveis, como por exemplo o *process tracing*², que vem se revelando um grande aliado dos estudos qualitativos no universo acadêmico.

6. Referências bibliográficas

ALVES, Emiliano R. Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. Resenha, **Sociedade e Estado**, Brasília, 23 (1): 179-184. jan./abr. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922008000100009>

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, M. (Org.) **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011, pp. 71-91.

BENNETT, Andrew; GEORGE, Alexander L. **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge: MIT Press, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984. http://www.leseditionsdeminuit.fr/livre-Questions_de_sociologie%C2%A0-1956-1-1-0-1.html

_____. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood Press, 1986, pp. 241-258.

_____. O espaço social e gênese das classes. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**, tradução de Fernando Thomaz, Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989, pp.133-161.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9 ed., tradução de Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. The organic ethnologist of Algerian migration. **Ethnography**, 1(2): 173-182, 2000. <https://www.jstor.org/stable/24047705>

_____. **Una invitación a la sociología reflexiva**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. **Política & Sociedade**, (6):15-57, 2005. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930>

_____. **As estruturas sociais da economia**, tradução de Lígia Calapez e Pedro Simões. Porto/PT: Campo das Letras, 2006.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento, tradução de Daniela Kern e Guilherme J.F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRANDÃO, Zaia. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, 36(1): 227-241, 2010. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000100003.

CHALITA, Marie Anne Najm. As Estruturas Sociais da Economia. Resenha, **Agric. São Paulo**, São Paulo, 53(1): 141-145, jan./jun. 2006.

COLLIER, David. Process Tracing: Introduction and Exercises. In: BRADY, H. COLLIER, H. (orgs.). **Rethinking Social Inquiry**, 2 ed. Rowman & Littlefield Publishers, Inc. 2010, pp.1-33. https://cnxus.org/wp-content/uploads/2022/04/Collier_Process20Tracing.pdf

COLLIER, David. Understanding process-tracing. **PS: Political Science and Politics**, 44(4): 823-830, 2011. <https://www.cambridge.org/core/journals/ps-political-science-and-politics/article/understanding-process-tracing/183A057AD6A36783E678CB37440346D1>

COSTA, Sérgio. Estrutura social e crise política no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 61(4): 499-533, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582018166>.

CROSSLEY, Nick. Classe social. In: GRENFELL, M. (org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**, tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018, pp. 119-135.

DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilber. Some Principles of Stratification. **American Sociological Review**, 10(2): 242-249, 1944. https://www.jstor.org/stable/2085643?seq=1#metadata_info_tab_contents.

FAZITO, Dimitri. Análise de Redes Sociais e Migração: dois aspectos fundamentais do 'retorno'. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 25(2): 89-100, fev. 2010.

GARCIA, Maria Manuela A. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, (97): 64-72, mai. 1996.

GIDDENS, Anthony. **A estrutura de classes das sociedades avançadas**, tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GRÁCIO, Sérgio. A mobilidade social revisitada. **Sociologia – problemas e práticas**, (24): 45-69, 1997.

GRENFELL, Michael. Biografia. In: GRENFELL, M. (org.) **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**, organizado por Michael Grenfell, tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018, pp. 27-45.

LEMOS, Ana Heloisa C.; DUBEUX, Veranise J. C.; PINTO, Mario C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **CADERNOS EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, 7(2): 368-384, jun. 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512009000200012>.

LIMA, Denise M. O. Campo do poder, segundo Pierre Bourdieu. **Cógitto**, Salvador, (11):14 -19, out. 2010.

Maton, Karl. Habitus. In: GRENFELL, M. (org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**, tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018, pp. 73-94.

MOESCH, Marutschka M.; NOSCHANG, Juliane. Transposição das noções operatórias de Bourdieu: habitus, campo, poder simbólico para o estudo da memória turística do território. **IX ANPTUR, Anais do IX Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 30 de agosto e 01 de setembro de 2012. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/9/70.pdf>

MONTAGNER, Miguel Ângelo; MONTAGNER, Maria Inez. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, 5(2): 255-273, 2011.

OLIVEIRA, Antônio T.R.; ERVATTI, Leila R. Fontes de informações para os estudos migratórios. In: ERVATTI, L.; BORGES, G.; JARDIM, A. (Orgs.). **Mudança Demográfica no Brasil no Início do Século XXI: Subsídios para as projeções da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015, pp. 87-101.

PARKIN, Frank. Strategies of social closure in class formation. In: PARKIN, Frank (org.). **The social analysis of class structure**. Londres: Tavistock Publications, 1974, pp.1-18.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu y la teoría del mundo social**, tradução de Eduardo Molina y Vedia. México: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

QUEIROZ, Silvana N.; SANTOS, José Márcio. Principais alterações nos saldos migratórios brasileiros: uma análise por estados e regiões. **Encontro Regional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia-ANPEC**, 14, Fortaleza, CE, Anais... Fortaleza, CE: ANPEC, 2009. <https://www.bnb.gov.br/documents/45787/665790/Principais+altera%C3%A7%C3%B5es+nos+saldos+migrat%C3%B3rios+brasileiros+-+uma+an%C3%A1lise+por+estados+e+regi%C3%B5es.pdf/358a5823-4f11-787c-74d3-a8b27e22913e?version=1.0&t=1638456190988&download=true>

RAMOS, Marília P.; MARIÑO, Juan Mario F. Democracia e desenvolvimento: uma discussão teórica conceitual para entender diferenças regionais. In: BECKER, D.; WITTMANN, M. (orgs.) **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. 2a ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008, pp. 217-228.

_____. Conexões explicativas entre desenvolvimento e capital social. Pesquisa piloto com dois casos comparados. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre/RS, 12(2): 378-394, 2012. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74223598009>.

ROBBINS, Derek. Teoria da prática. In: GRENFELL, M. (org.) **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**, tradução de Fábio Ribeiro, Petrópolis/RJ: Vozes, 2018, pp. 46-63.

SANTOS, Mauro Augusto; BARBIERI, Alisson F.; CARVALHO, José Alberto M.; MACHADO, Carla J. Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. **Texto para discussão n.398**. Belo Horizonte: UFMG/Cedepilar, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In: SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**, prefácio de Pierre Bourdieu e tradução de Cristina Murachco. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCALON, Maria Celi. Mobilidade social: teoria(s) e método(s). **Anais do 25º Encontro Anual da ANPOCS**, 2001.
<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st04-3/4569-mscalon-mobilidade/file>.

SETTON, Maria da Graça J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, 20, 60-70, mai./jun./jul./ago. 2002.

SIMMONS, Alan. B. Explicando la migración: la teoría en la encrucijada. **Estudios Demográficos y Urbanos**, México, DF: Colegio de México, Centro de Estudios Demográficos, Urbanos y Ambientales - Cedua, 6(1): 5-31, enero/abr. 1991.

<https://estudiosdemograficosyurbanos.colmex.mx/index.php/edu/article/view/801/794>.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H.A. (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1976, pp. 211-244.

THIRY-CHERQUES, Hermano R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 40(1): 27-55, jan./fev. 2006.
<https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000100003>.

THOMSON, Patrícia. Campo. In: GRENFELL, M. (org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**, tradução de Fábio Ribeiro, Petrópolis/RJ: Vozes, 2018, pp. 95-114.

VILARINHO, Paulo F. O campo da saúde suplementar no Brasil à luz da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu. **Cadernos EBAPE.BR**, 2(3): 1-15, dez., 2004. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512004000300008>.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o Habitus. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, n. 14, 2004, pp. 35-41. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2459/2249>.

² Ramos e Mariño (2008) utilizam os conceitos de campos de poder e algumas formas de capital de Bourdieu para contextualizar aspectos da dinâmica regional e do desenvolvimento.

³ O rastreamento de processo (*process tracing*) pode ser definido como um método que envolve "tentativas de identificar o processo causal interveniente - a cadeia causal e o mecanismo causal - entre uma variável independente (ou variáveis) e o resultado da variável dependente" (BENNETT; GEORGE, 2005, p. 206-207, tradução nossa). É um método de natureza qualitativa que visa evidenciar e mapear os eventos que ligam um determinado fenômeno a um resultado (COLLIER, 2010; 2011).